



ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Extraordinária Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH

Data: 09 de setembro de 2014.

Local: Palácio dos Bandeirantes, Salão dos Pratos, Av. Morumbi, nº. 4500, São Paulo - SP.

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de São Paulo:

- Mauro Arce, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do CRH;
- Walter Tesch, Secretário Executivo do CRH;
- Zuleica Maria de Lisboa Perez, Secretária de Meio Ambiente,
- Fernanda Bandeira de Mello, Secretária de Energia,
- José Roberto Generoso, Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional;
- Alberto José Macedo Filho, Secretária de Agricultura e Abastecimento;
- Luiz Sérgio Osório Valentim, Secretária da Saúde;
- Marcelo Poci Bandeira, Secretária de Logística e dos Transportes/IDH;
- Fernando Batolla Junior, Secretária Desenvolvimento Ec. Ciência e Tecnologia,
- Eloisa Holanda Rolim, Secretária da Casa Civil;
- José Afonso Carrijo, Secretária Educação,
- Antonio Vaz Serralha, Secretária da Fazenda.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Benedito Rafael da Silva, P.M. de Salesópolis - Grupo 1,
- Ildelfonso Mendes Neto, P.M. de São Bento do Sapucaí- Grupo 2,
- José Mauro Dedemo Orlandini, P.M. de Bertioga - Grupo 3,
- Miderson Zanella Milleo, P.M. de Taquarituba - Grupo 4,
- Jairo da Costa e Silva, P.M. de Tarumã - Grupo 5,
- Vinícius de Almeida Camarinha, P.M. de Marília - Grupo 6,
- Eunice Mistilides Silva, P.M. de Jales - Grupo 8,
- Marcos Antonio Ferreira, P.M. de Patrocínio Paulista - Grupo 9,
- José Alberto Gimenez, P.M. de Sertãozinho - Grupo 10,
- Roque Hoffmann, P.M. de Araçariçuama - Grupo 11.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil Organizada:

- Jorge Rocco – CIESP,
- André Elia Neto – UNICA,

- 33 • Luis Carlos Orsi – AFCRC,
- 34 • Hugo Marcos Piffer Leme e Paulo Roberto Tinel – ASSEMAE,
- 35 • Maurício Nosé – SINTEC
- 36 • Marcio Gonçalves Oliveira- ABES,
- 37 • Antônio Melhem Saad – ABGE,
- 38 • Maria Luisa Taborda Ribeiro – Fundação SOS Mata Atlântica,
- 39 • Cláudio Bedran – Planeta Verde (ausência justificada).

40 **Comitês de Bacias Hidrográficas:**

- 41 • David Franco Ayub - CBH-ALPA,
- 42 • Rui Brasil Assis - CBH-AT,
- 43 • Claudio Daher Garcia - CBH-BPG,
- 44 • Maria Wanda - CBH-BS,
- 45 • Gabriel Ferrato dos Santos e Marco Antônio dos Santos - CBH-PCJ,
- 46 • Enio Magro, Sandro Roberto Selmo e Murilo Cavalheiro - CBH-PP,
- 47 • Nazareno Mostarda Neto - CBH-PS,
- 48 • Sileno Fogaça e Ney Ikeda – CBH-RB,
- 49 • Marcos Antonio Ferreira, - CBH-SMG,
- 50 • Helio Cesar Suleiman - CBH-TG.

51 **Convidados com direito a voz:**

- 52 • Claudio Valverde – Secretário do Turismo,
- 53 • Adriano Andrade de Souza - Ministério Público;
- 54 • Rui Brasil Assis, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos-SSRH CORHI;
- 55 • Luiz Fernando Carneseca-DAEE CORHI;
- 56 • Laura Stela Perez, SMA/CPLA CORHI;
- 57 • Richard Hiroshi – CETESB CORHI;

58 **ABERTURA.**

59 O Presidente do CRH e Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos Mauro Arce,
60 agradeceu as presenças e deu início aos trabalhos.

61 **APROVAÇÃO DA ATA.**

62 Aprovada por unanimidade a Ata da reunião plenária extraordinária realizada em vinte e seis
63 de junho de 2014.

64 **INFORMES SECRETARIA EXECUTIVA.**

65 Walter Tesch Secretário Executivo do CRH informou que já foram aprovadas no Estado em
66 treze Comitês de Bacia Hidrográfica a cobrança pelo uso da água excluindo a aprovação
67 pautada para o CBH Pontal Paranapanema, totalizando então quatorze. Haverá reunião
68 extraordinária do CNRH em forma de Seminário no dia 23 de setembro tendo em pauta o

69 gás xisto, que já foi pauta da reunião extraordinária em outubro de 2013 no CRH, a Câmara
70 Técnica-CT de Águas Subterrâneas tem acompanhado os trabalhos e a Secretaria enviará a
71 atualização das informações. O Fórum Nacional de Órgãos Gestores se reunirá no dia 01
72 outubro e enviará carta aos presidentes, governadores e legisladores sobre a legislação
73 de recursos hídricos. O CRH participou do XII Diálogo Interbacias com a presença de
74 diversos Conselheiros. O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável ligado
75 à Secretaria Agricultura está distribuindo informações afetas as questões de recursos
76 hídricos. O CRH e os CBHs deverão convocar reunião conjunta com a Defesa Civil para
77 debaterem a Resolução do CNRH que recomenda e estabelece informação, processo de
78 mobilização e educação para a prevenção dos riscos e desastres inerentes envolvendo os
79 recursos hídricos. Saulo Ribeiro Martins (CRHi/SSRH) apresentou os principais aspectos do
80 andamento dos trabalhos para a reestruturação do novo Portal SIGRH para modernização do
81 atual site, compatibilização com versões de navegadores disponíveis e outros dispositivos
82 como tablets e smartphones, além de proporcionar atualização dinâmica e flexível com
83 gerenciador de conteúdo. O Portal possui ferramentas que constroem um real
84 relacionamento entre quem produz e quem consome a informação, e interatividade com as
85 mídias sociais Facebook, Twitter e a TV Água. O Cronograma obedecendo a legislação prevê
86 o lançamento do Portal após o período eleitoral. O Presidente do CRH e Secretário Mauro
87 Arce parabenizou pelos trabalhos enfatizando o aspecto de atualização do site como muito
88 importante. Orivaldo Brunini (IAC) apresentou o Monitoramento Meteorológico e o impacto
89 da seca 2013 a 2014. Atualmente contam com 160 estações em todos os CBHs no Estado
90 fornecendo informações online. Demonstrou de maneira sucinta o impacto da seca em
91 condições gerais citando como exemplo que em Campinas de janeiro a julho do total de
92 chuvas esperado 812mm choveu 400mm. Pelo índice de severidade de seca de Palmer no
93 mês de julho abrangendo desde o sistema Cantareira, Araraquara -3,9 e -2,6 e na projeção
94 para setembro/2014 - 0,9 a - 0,6 para o sistema Cantareira, Sapucaí Mirim e parte de São
95 José dos Dourados, o que significa que ocorrendo chuva normal durante o mês de setembro
96 terá que chover muito acima da média para recuperar o processo, e na projeção para 24
97 meses será preciso muita chuva para recuperar adequadamente o sistema. No uso geral da
98 Rede além do monitoramento da seca é possível utilizar para o zoneamento agroambiental,
99 cultura da cana-de-açúcar, pinos, ferramenta de planejamento agrícola a longo prazo bem
100 como para cenários de alterações climáticas e monitoramento do nível do lençol freático
101 online do aquífero Guarani, e usos para a Defesa Civil. O Presidente parabenizou e ressaltou
102 a importância de terem cada vez mais informação para conhecer melhor o mundo onde
103 vivemos. O Secretário Executivo solicitou que fornecessem todas as possibilidades de uso da
104 Rede.

105 **DELIBERAÇÕES.**

106 **Foi aprovada a DELIBERAÇÃO CRH nº xxx, de 09 de Setembro de 2014, que**
107 **Aprova indicação ao FEHIDRO dos empreendimentos de abrangência e interesse**
108 **estadual para o exercício de 2014.**

109 Jorge Rocco (CIESP) considerou que não foi respeitado o rito da organização e o
110 funcionamento em relação às Câmaras Técnicas e o Regimento Interno da CT e do CRH para
111 que a plenária pudesse apreciar e deliberar a matéria. Informou que a CT Planejamento- CT

112 PLAN foi convocada mas não houve quórum qualificado pelo segmento Municípios para que
113 pudessem emitir parecer oficial. O Secretário Executivo disse que os projetos de interesse do
114 segmento Estado foram amplamente debatidos inclusive com uma oficina onde
115 hierarquizaram os projetos e todos tomadores apresentaram os projetos e foi debatido no
116 CORHI, além do que os Conselheiros poderiam debater e solicitar o escopo de cada projeto
117 e a exposição durante a execução do projeto monitorando a execução. Confirmou que houve
118 falta de quórum na CT e salientou que há dificuldades para preenchimento de quórum, por
119 isso sempre alerta todos segmentos a indicarem seus representantes, e além disso as
120 Câmaras Técnicas são consultivas e não deliberativas. Ana Maria (SSRH) Coordenadora CT
121 AJI disse "Câmaras Técnicas são vinculadas ao Conselho Estadual, o Conselho Estadual não
122 está vinculado às Câmaras Técnicas, as Câmaras Técnicas existem para dar subsídios para
123 plenária, se vocês não julgarem necessário tem poder de decidir e não as Câmaras Técnicas
124 por vocês", apontando a soberania do Conselho. Jorge Rocco evocou o Artigo 19 "As
125 propostas de Deliberação antes de serem discutidas deverão ser analisadas e aprovadas
126 pelas competentes Câmaras Técnicas bem como a verificação de sua compatibilização à
127 legislação pertinente", Ana Maria considerou que o Artigo não especificava obrigatoriedade,
128 e a pertinência era a Secretaria Executiva decidir para qual CT deveria ser encaminhado e a
129 decisão final competência do plenário no Conselho. Para a plenária conhecer os projetos que
130 pleiteavam recursos financeiros ocorreu uma breve exposição pelo tomador CETESB acerca
131 do projeto Ampliação da avaliação da qualidade das águas subterrâneas no Estado de São
132 Paulo, porém houve consenso que não seria produtivo dar sequência às exposições com o
133 detalhamento necessário. Vânia Lucia Rodrigues (SABESP) como Coordenadora suplente da
134 CT PLAN relatou que foram convocados para reunião em 18 de agosto tendo como pauta a
135 análise dos projetos CORHI, teve uma justificativa de ausência e os outros representantes
136 não justificaram, a reunião ocorreu com os presentes e apreciaram o tema, e também foi
137 debatido na reunião que a CT PLAN não poderia se manifestar formalmente por falta de
138 quórum, mas redigiram carta em resposta à solicitação do Secretário Executivo do CRH. José
139 Alberto Gimenez Prefeito de Sertãozinho posicionou-se em situação desconfortável para
140 votar sem o parecer das Câmaras. Marcos Antonio Ferreira Prefeito de Patrocínio Paulista
141 versou sobre a importância do Conselho Deliberar a matéria e que deveriam apreciar a
142 importância da questão formal do quórum qualificado. Os debates prosseguiram até que o
143 Presidente considerou esclarecido o aspecto jurídico com soberania do Conselho, ponderou
144 que a CT PLAN é instância consultiva e como tal reuniram-se como previsto e apreciaram os
145 projetos mesmo sem quórum, ademais verificou que a plenária não levantou
146 questionamento sobre o mérito dos projetos e nenhum Conselheiro posicionou-se contra a
147 execução dos projetos, colocou a Deliberação em votação e foi aprovada. O Prefeito Marcos
148 Antonio Ferreira fez justificativa de voto favorável ao mérito porém com entendimento que
149 antes deveria ter sido apreciado a questão da forma sobre a necessidade ou não da
150 apreciação na CT. O Presidente solicitou que ficasse registrado que juridicamente o Conselho
151 poderia Deliberar e que infelizmente se a Câmara Técnica não apreciou o Conselho deveria
152 apreciar e Deliberar. O Prefeito José Alberto Gimenez declarou votou contra por se sentir
153 desconfortável para votar não conhecendo os projetos e, procedendo da mesma forma
154 André Elia Neto representando UNICA. Jorge Rocco votou com abstenção em função das
155 características de não cumprimento do Regimento Interno da Câmara e do Conselho. José
156 Afonso Carrijo (Secretaria Educação) sugeriu que encaminhassem aos Conselheiros resumo

157 da situação dos projetos e do parecer técnico. Jairo da Costa e Silva Prefeito de Tarumã
158 solicitou que a agenda das Câmaras Técnicas também fosse enviada aos Prefeitos, não
159 apenas aos representantes.

160 **Foi aprovada a DELIBERAÇÃO CRH nº xxx, de 09 de Setembro de 2014, Referenda**
161 **a proposta de alteração da classe de qualidade do rio Jundiáí, entre a foz do**
162 **Ribeirão São José e a foz do Córrego Barnabé, contida na Deliberação dos**
163 **Comitês PCJ nº 206/14, de 08/08/2014.**

164 A melhoria da qualidade das águas do rio Jundiáí no percurso requerido indica evolução em
165 índices como Oxigênio Dissolvido-OD com melhora da porcentagem de atendimento ao
166 padrão da Classe 3 ao longo de todo o trecho estudado, atingindo conformidade ao padrão
167 próximo aos de 100% a partir de Itupeva em 2013. No índice DBO melhora da porcentagem
168 de atendimento ao padrão Classe 3 a partir de Itupeva, com tendência de elevação até
169 Salto, no entanto com inconformidade no trecho de Várzea Paulista e em um trecho de Salto
170 em 2013. A melhoria da qualidade das águas também foi resultado de diversas ações em
171 saneamento e obras para construção e ampliação de Estação de Tratamento de Esgoto na
172 região remontando 30 anos de iniciativa de recuperação do rio e da bacia hidrográfica. O
173 Presidente parabenizou todos envolvidos no trabalho e abriu a palavra para as considerações
174 da plenária. Jorge Rocco parabenizou CETESB e os Comitês PCJ pelo trabalho muito bem
175 desenvolvido mas antecipou seu voto de abstenção em função do não cumprimento do
176 Regimento. O Prefeito Marcos parabenizou pelos trabalhos e votou favoravelmente mas
177 entendeu que também antes de apreciarem o mérito deveriam apreciar a questão do
178 quórum. Maria Luisa Ribeiro (Fundação SOS Mata Atlântica) também parabenizou pelos
179 trabalhos e relembrou a grande mobilização da sociedade para despoluir o rio Tietê e que
180 nos 21 anos que se passaram desde então os paulistanos e paulistas não desistiram e o
181 Conselho poderia dar um passo importante favorecendo na legislação a coibição uso de
182 fosfato em produtos biodegradáveis e fertilizantes agrícolas, ecerrou dizendo que
183 evidentemente votaria favoravelmente, e que os trabalhos serviriam de exemplo para outras
184 bacias e que a SOS Mata Atlântica posicionou-se em carta aberta aos presidentiáveis e ao
185 Governo do Estado pedindo o fim dos rios classe 4 no Brasil.

186 **Foi aprovada por unanimidade a DELIBERAÇÃO CRH nº xxx, de 09 de Setembro**
187 **de 2014, Referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos**
188 **usos urbanos e industriais dos recursos hídricos, conforme disposto na**
189 **Deliberação CBH-PP nº 156, de 13 de junho de 2014.**

190 A apresentação caracterizou a bacia do CBH Pontal do Paranapanema como área de 26
191 Municípios e alguns apenas com território em área rural. Salientou a importância da região
192 destacando as Usinas Hidrelétricas fornecedoras de 17% de toda potência instalada no
193 Estado. Região suprida por solo de alta fertilidade com baixa cobertura vegetal e ausência de
194 matas ciliares, porém com a ocorrência de diversos processos erosivos. Na coleta e
195 tratamento dos esgotos existe apenas um único município sem tratamento, mas atingiram
196 índices muito bons de coleta na média com 95%. Desde o início do Comitê os recursos para
197 projetos priorizaram a maior parte dos investimentos para o controle e combate à erosão
198 rural, e entendem que a cobrança pelo uso da água é um instrumento em processo de
199 aprimoramento que durante a implementação as indústrias e usuários deverão buscar a
200 adequação e nesse sentido indicaram a progressividade da cobrança. A simulação de

201 potencial de arrecadação demonstrou para os usuários industriais aproximadamente R\$
202 1.296.000, usuários urbanos privados R\$ 600.000, usuários saneamento Sabesp R\$ 438.000
203 e serviços autônomos R\$ 160.000. A simulação do impacto para os custos de produção pelo
204 estudo de viabilidade da implantação em uma usina processando 2 toneladas de cana
205 utilizando 1,5 m³/tonelada com impacto de 0,05% no custo de produção e para os curtumes
206 impacto sobre o custo de produção de 0,08%. A Proposta do Plano de investimento
207 aprovado no CBH acompanha a previsão do Plano de Bacia com 30% para gestão distribuído
208 nos PDCs 1, 2 e 8 e 70% para os PDCs 3, 4 e 7.

209 **Foi aprovada DELIBERAÇÃO CRH nº xxx, de 09 de Setembro de 2014, Referenda a**
210 **proposta dos valores dos Preços Unitários Básicos- PUBs, da cobrança pelos usos**
211 **urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo,**
212 **nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, aprovada na**
213 **Deliberação dos Comitês PCJ nº 160, de 14 de dezembro de 2012.**

214 O Prefeito de Piracicaba Gabriel Ferrato dos Santos e Presidente dos CBH-PCJ explicou que
215 com a Deliberação estavam tentando recuperar a capacidade de investimentos para os
216 projetos do Comitê e que tinham alcançado resultados visíveis com redução da carga
217 orgânica doméstica, tratamento de esgoto e melhoria da qualidade da água. Conseguiram a
218 atualização dos valores no plano Federal e pleiteavam o mesmo no Estadual com proposta
219 de reajuste por 3 anos de 8.4%/ano. Sobre o impacto no setor industrial consideraram
220 extremamente baixos. Para próxima etapa de projetos estão mudando a composição dos
221 recursos focando as perdas da água. Jorge Rocco apontou que o parecer foi encaminhado
222 posteriormente, ferindo o Regimento Interno, pois para uma reunião extraordinária com
223 encaminhamento de todos os documentos deve ser 15 dias antes. Foi recomendado que o
224 enquadramento da análise para a proposta dos CBH-PCJ deveria ser analisado à luz da
225 Deliberação 111 dando a segurança jurídica para a proposta. A FIESP/CIESP solicitou
226 cumprimento da normativa para que ficasse claramente explicitado qual seria o valor de
227 impacto na produção do usuário industrial e contribuíram com o processo apresentando uma
228 metodologia de trabalho. Adriano Andrade de Souza (Ministério Público) solicitou
229 esclarecimentos sobre o item no parecer da CT Cobrança do CBH PCJ que a Agência de
230 bacias PCJ informou que foram feitas consultas formais aos 35 maiores usuários pagantes da
231 bacia, sendo que apenas uma empresa do setor de papel e celulose enviou resposta
232 informando os impactos. O Secretário Executivo lembrou que se tratava de um processo
233 novo para o Conselho e era a primeira análise de revisão, esclareceu que o processo foi
234 discutido longamente e pelo cronograma de reuniões do Conselho foi estabelecido que se
235 reunissem extraordinariamente a CT Cobrança e a CTAJI para emitirem seu parecer dando
236 condições da decisão final aos Conselheiros. Sérgio Razera (Agência da Bacia PCJ) disse que
237 responderam todas as questões levantadas durante o processo inclusive sobre o impacto no
238 setor industrial, tanto com consultas informais aos usuários sem obter resposta, como em
239 duas reuniões com os usuários industriais na sede do Consórcio Intermunicipal onde o
240 segmento industrial se manifestou dizendo que o reajuste realmente não impactava
241 significativamente os custos, que a FIESP propôs consultas às empresas como no início do
242 processo da cobrança em 2005, mas avaliaram que em função de um reajuste muito abaixo
243 da inflação e também com base nas consultas às indústrias entenderam que esse não seria o
244 método apropriado para o momento, mas consultaram as 35 maiores empresas e tiveram
245 somente uma resposta com um impacto bastante baixo, e ainda por fim, realizaram estudo

246 para demonstrar o impacto através do índice unificador que o Estado utiliza para repasse dos
247 recursos para os Municípios. Malu Ribeiro disse que a cobrança para ter sucesso pressupõe o
248 pacto na bacia e pelos seus conhecimentos o CBH PCJ faz o pacto na bacia. Solicitou que o
249 CRH promova revisão na Deliberação 111/2009 sobretudo diante da crise hídrica. Alertou
250 que os valores de reajuste eram pequenos não caracterizando sequer reajuste econômico e
251 tendo em vista a crise da água a bacia com maior crise no país era a bacia CBH PCJ. O
252 Prefeito Marcos Antonio fez coro à necessidade de novos estudos e revisão da Deliberação
253 111 clarificando o que é reajuste e o que é revisão. Jorge Rocco concordou que a cobrança
254 pelo uso da água sem dúvida implica em mudança no costumes dos usuários mas também
255 que a cobrança é instrumento econômico de incentivo e a indústria cumpriu seu papel com
256 boas práticas de uso da água, seja pelo reuso, reutilização, diminuição de desperdícios ou
257 redução, com investimentos praticamente durante os 10 anos de aplicação do instrumento
258 da cobrança pelo uso da água. A Vice-presidente Zuleica Lisboa Perez (Secretaria de Meio
259 Ambiente) colocou em votação e foi aprovado, com voto contrário da FIESP/CIESP e
260 abstenção da UNICA.

261 **Foi aprovada por unanimidade DELIBERAÇÃO CRH nº xxx, de 09 de Setembro de**
262 **2014, Referenda a Deliberação CBH-PARDO nº 201, de 01 de agosto de 2014 que**
263 **retirativa a Deliberação 171 de 22 de junho de 2012 que “Redefine Critérios**
264 **Técnicos para a Autorização de Perfuração de Poços Tubulares Profundos no**
265 **Município de Ribeirão Preto”.**

266 O Prefeito Marcos Antonio recomendou esclarecimento para os Conselheiros sobre a
267 efetividade das medidas adotadas, a Vice-presidente Zuleica Lisboa Perez concordou e
268 convidou o CBH-PARDO para na próxima reunião apresentar os resultados das ações
269 propostas.

270 **ASSUNTOS GERAIS.**

271 A Vice-presidente em nome do Secretário de Meio Ambiente Rubens Namam Rizek convidou
272 todos para o lançamento do Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos no dia 25 de
273 setembro na Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

274 Marcelo Poci Bandeira (Secretaria de Logística e dos Transportes/IDH) comunicou que desde
275 os informes na reunião anterior a situação da hidrovía agravou ainda mais em função da
276 baixa vazão de água e estavam muito preocupados com o futuro de novos aproveitamentos
277 e projetos do Departamento Hidroviário, solicitou ações do CRH para que os
278 aproveitamentos múltiplos dos recursos hídricos tenha gestão mais equilibrada entre todos
279 os usuários contemplando os usos múltiplos. Fernanda Bandeira de Mello (Secretaria de
280 Energia) complementou dizendo que o Operador do Sistema Nacional é responsável pela
281 diminuição da vazão para o sistema paulista e apesar dos esforços não conseguiram
282 convencer a Agência Nacional de Águas-ANA exercer seu papel constitucional arbitrando os
283 usos múltiplos das águas.

284 Esta Ata está em conformidade com a taquigrafia da Ata completa que contém a íntegra de
285 todos os pronunciamentos desta reunião extraordinária.

286 **Mauro Arce**
287 Presidente do CRH

288 **Walter Tesch**
289 Secretário Executivo do CRH